

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.057.094 - SP (2017/0034025-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : CRISTINA AQUATI PERRONE**  
**ADVOGADO : RODRIGO PERRONE - SP309382**  
**AGRAVADO : B2W COMPANHIA GLOBAL DE VAREJO**  
**ADVOGADO : VINÍCIUS IDESES - RJ098749**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **CRISTINA AQUATI PERRONE**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 230/231 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado: (fl. 156, e-STJ):

COMPRA E VENDA. Aquisição de computador. Programa "Office Trial" incluso. Versão apenas demonstrativa. Propaganda enganosa não identificada. Ato ilícito não configurado. Inteligência do art. 188, I, do CC. Dano moral inexistente. Sentença correta. Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 165/168, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação ordinária visando reconhecer que a parte recorrida veiculou propaganda enganosa cumulada com indenização por danos morais. O Juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos. O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 6º, III e 31, do CDC. Sustenta, em síntese, que restou demonstrada a propaganda enganosa.

Sem contrarrazões (fl. 229, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de não ter sido demonstrada a vulneração dos dispositivos legais citados.

Daí o presente agravo (fls. 233/241, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar o óbice aplicado pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fl. 243, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece prosperar**.

**1.** De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

**2.** A Corte Estadual, após análise dos autos, manteve a sentença de improcedência, pois entendeu que a parte recorrida não veiculou qualquer propaganda enganosa. É o que se observa do seguinte trecho do acórdão atacado (fls. 157/158, e-STJ):

"[...] Assim constou da r. sentença: “entendo que não tenha a ré veiculado propaganda enganosa. **O documento de fls. 43/45 comprova o anúncio do produto veiculado pela ré. Conforme se verifica pela leitura de fls. 44**, a ré fez constar expressa advertência, em negrito, no sentido de que o consumidor deveria verificar eventuais limitações à utilização dos recursos e funcionalidades do produto. [...] Realmente, **a informação trazida pela ré é clara ao dispor que o programa incluso seria o “Office 2010 Trial” (fls. 45)** e, em que pese não ter ela traduzido o significado da palavra “Trial”, esse termo é de uso comum no âmbito dos programas de computação, indicando uma versão apenas demonstrativa. Ademais, se de fato a autora adquiriu o produto apenas em razão de estar esse programa incluído, como afirmado por ela em sua inicial (fls. 11), sabendo de seu alto valor (quase 70% do valor do computador fls. 27), deveria ter se certificado de que a ver são “Office 2010 Trial” era definitiva, consultando a ré ou mesmo o fabricante. Aliás, **esse dever de consulta constava no próprio anúncio (fls. 45)**, como bem observou o juízo de primeiro grau.[...]”.

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, bem como de cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, os óbices das Súmulas n. 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. **PROPAGANDA ENGANOSA. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.**

**1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento de cláusulas contratuais e do contexto fático-probatório dos autos, conforme dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.**

**2. O Tribunal de origem, com base no contrato e nas provas coligidas aos autos, concluiu pela existência de propaganda enganosa e inadimplemento parcial da obrigação. Alterar tal conclusão demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto nas mencionadas súmulas.**

3. Não se conhece de questão jurídica ventilada tão somente em sede de recurso especial, por ser inadmissível inovação recursal.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 841.997/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 11/05/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 DO STF, E 83 E 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É entendimento nesta Corte que o Ministério Público possui legitimidade para atuar na defesa de interesses sociais relevantes. Precedentes.

**2. Rever os fundamentos que ensejaram o entendimento lançado no v.**

**acórdão recorrido a respeito da responsabilização, pelo lançamento da propaganda enganosa, da ora agravante, e sua legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda, exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.**

3. Verifico que o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.".

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 404.520/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 20/10/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL - INOCORRÊNCIA DE PROPAGANDA ENGANOSA - SÚMULA N. 7 DO STJ - AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO - INSURGÊNCIA DOS AUTORES.

1. Não configurada a violação ao artigo 535 do CPC, por ter o acórdão hostilizado enfrentado, de modo fundamentado, todos os aspectos essenciais à resolução da lide.

**2. Inocorrência de propaganda enganosa. Inexistência de dano moral.**

**Alteração do julgado que demanda revolvimento do acervo-fático probatório dos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.**

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 287.761/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 11/06/2013)

3. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos

elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

**2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.**

(AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

**4.** Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15, observada a gratuidade de justiça deferida nos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**  
Relator